



AGENDA FEDERAL



Propostas Firjan para um Rio de Futuro



Caminhos para
o desenvolvimento do
Rio de Janeiro e do Brasil.
2027-2030

AGO. 2026

SÉRIE
Rio de Futuro

Ficha Catalográfica

Firjan

F523p Propostas Firjan para um Rio de futuro : agenda federal / Firjan. –
Rio de Janeiro: [s.n], 2026.
23 p. : il., color. – (Série Rio de Futuro)

1. Desenvolvimento econômico. 2. Desenvolvimento Regional.
3. Políticas Públicas. 4. Planejamento estratégico. 5. Competitividade.
6. Desenvolvimento sustentável. 7. Indústria fluminense. 8. Rio de
Janeiro (Estado). I. Título. II. Série.

CDD 338.98153



AGO. 2026

presidencia@firjan.com.br

www.firjan.com.br

Av. Graça Aranha, 1
Centro, Rio de Janeiro

Expediente

Firjan – Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro

Presidente

Luiz César Caetano

1º Vice-Presidente Firjan

Carlos Erane de Aguiar

2º Vice-Presidente Firjan

Henrique Antônio Nora Oliveira Lima Junior

1º Vice-Presidente CIRJ

Isadora Landau Remy

2º Vice-Presidente CIRJ

Antonio Carlos Vilela

Diretor Executivo Sesi SENAI

Alexandre dos Reis

Diretor de Competitividade Industrial e Comunicação Corporativa

Alexandre dos Reis (Interino)

Diretora de Gestão de Pessoas, Diversidade e Produtividade

Cintia da Silva Gaspar Miranda (Interina)

Diretora de Compliance e Jurídico

Gisela Pimenta Gadelha

Diretora de Finanças e Serviços Corporativos

Luciana Costa M. de Sá

Diretor de Educação e Cultura

Vinícius Cardoso

COORDENAÇÃO

Gerência Geral de Estudos e Estratégias

Divisão de Estratégia e Performance

CONTEÚDO TÉCNICO

Diretoria de Educação e Cultura

Gerência de Desenvolvimento e Inovação Empresarial

Gerência de Estudos Econômicos

Gerência de Estudos e Pesquisas

Gerência de Infraestrutura

Gerência de Integridade Corporativa

Gerência de Sustentabilidade

Gerência Firjan Internacional

Gerência Geral de Relacionamento

Gerência Geral de Petróleo, Gás, Energias e Naval

Gerência Jurídico Empresarial Cível

Gerência Jurídico Trabalhista

Gerência Jurídico Tributário

PROJETO GRÁFICO

Gerência Geral de Reputação e Comunicação

Gerência de Comunicação Estratégica e Consultoria

Gerência de Imprensa e Conteúdo

Gerência de Marca e Comunicação

Divisão de Marca e Soluções de Comunicação

Sumário

- MENSAGEM DO PRESIDENTE.....6
- AGENDA DE PROPOSTAS FIRJAN PARA UM RIO DE FUTURO.....7
- DO RIO DO PRESENTE AO RIO DE FUTURO.....8
- PROPOSTAS 10
 - Segurança pública 10
 - Energia 11
 - Energia elétrica12
 - Petróleo e gás13
 - Infraestrutura 14
 - Rodovias, ferrovias, portos e aeroportos..... 15
 - Sistema tributário.....17
 - Reformas estruturantes 18
 - Sustentabilidade fiscal..... 18
 - Reforma do gasto público 18
 - Modernização do Estado 18
 - ESG 19
 - Ambiental..... 19
 - Fomento ao negócio20
 - Comércio exterior21
 - Inovação21
 - Estímulo ao investimento21
 - Capital humano.....22
 - Relações trabalhistas23

Mensagem do Presidente

O Rio de Janeiro reúne vocações econômicas e vantagens estratégicas capazes de sustentar uma nova trajetória de desenvolvimento. Ao mesmo tempo, ainda enfrenta desafios estruturantes que limitam sua competitividade, encarecem investimentos e dificultam a expansão das empresas. Superar esses entraves é condição essencial para transformar potencial em resultado.

Ao percorrer todo o estado e ouvir nossos empresários, ficou evidente a urgência de superar gargalos primários para o crescimento fluminense, como segurança pública, logística e energia elétrica. Também se mostrou indispensável avançar em outros temas como isonomia tributária, desburocratização do licenciamento ambiental e expansão do acesso a crédito, proporcionando as bases para a competição justa com outros estados.

A partir dos diagnósticos oferecidos pelos estudos Vocações e Potencialidades e Custo Rio, debatemos propostas capazes de orientar políticas públicas voltadas à melhoria do ambiente de negócios, à expansão industrial, à inovação e ao fortalecimento da competitividade do estado.

A Agenda de Propostas Firjan para um Rio de Futuro apresenta 50 propostas de âmbito federal e 45 de âmbito estadual para oferecer ao Poder Público caminhos para o desenvolvimento do Rio de Janeiro. Queremos equacionar desafios, reforçar vocações e alavancar potencialidades, concretizando o Rio de Futuro.

Com esta agenda, a Firjan reafirma seu compromisso com a indústria fluminense, com a atração de investimentos e com a construção de um Rio de Janeiro mais competitivo.

Agenda de propostas Firjan para um Rio de Futuro

A Agenda de propostas Firjan para um Rio de Futuro nasce do encontro entre estudo técnico e escuta empresarial. O ponto de partida é o Estudo de Vocações e Potencialidades Econômicas do Rio de Janeiro lançado em dezembro de 2025, que identifica os principais ativos e fronteiras de desenvolvimento para o estado do Rio de Janeiro. Em maio de 2026, debatemos os desafios da competitividade fluminense no lançamento do estudo Custo Rio, que apresentou ranking comparativo do estado do Rio de Janeiro com demais unidades da federação em seis grandes eixos temáticos: financiamento, capital humano, infraestrutura, ambiente jurídico-regulatório, tributação e segurança pública.

A partir desse diagnóstico, a Firjan conduziu uma ampla rodada de escuta em todos os seus 26 conselhos empresariais, entre regionais, temáticos e setoriais, apresentando o Rio de Futuro e promovendo debates orientados à construção coletiva de propostas estruturantes.

Ao longo do processo, foram ouvidos aproximadamente 520 empresários, que contribuíram com prioridades, demandas e propostas necessárias ao desenvolvimento da indústria fluminense. Essa escuta permitiu transformar os desafios identificados em uma agenda concreta de

atuação, conectada às necessidades reais do setor produtivo para ampliar a competitividade do Rio de Janeiro. A agenda integra o conjunto de contribuições da Firjan para um Rio de Futuro, que reúne as vocações e potencialidades do estado, os desafios de competitividade e as iniciativas voltadas a enfrentar os principais entraves ao desenvolvimento do estado.

A escuta empresarial é o pilar central da agenda, alicerçada no embasamento técnico das equipes da Firjan. É da combinação entre evidência, inteligência e cenários que nasce uma agenda capaz de impulsionar o poder público a promover uma guinada transformadora na trajetória do estado do Rio de Janeiro.

A Agenda de Propostas Firjan para um Rio de Futuro representa o caminho para converter potencial em resultado. Ela é o pavimento necessário para que as vocações econômicas do Rio de Janeiro se traduzam em investimento, inovação, geração de empregos, sustentabilidade, competitividade empresarial e melhoria do ambiente de negócios.

Apresentamos a seguir uma visão geral dos diagnósticos apontados nos estudos Potencialidades e Vocações do Rio de Janeiro e Custo Rio.



Do Rio do Presente ao Rio de Futuro

Para construção desta Agenda, foram adotados como pontos de partida os diagnósticos oferecidos por dois estudos produzidos pela Firjan: Vocações e Potencialidades, publicado em dezembro de 2025, e Custo Rio, lançado em maio de 2026.

O estudo de Vocações e Potencialidades Econômicas do Rio de Janeiro identifica as principais oportunidades de desenvolvimento do estado. O levantamento combina a análise de mais de 270 mil dados, o mapeamento das atividades industriais, a leitura de dez regiões fluminenses e a consulta a mais de 200 atores estratégicos. A partir disso, o estudo organiza uma visão objetiva sobre os ativos já existentes no território e as vocações industriais que podem sustentar um novo ciclo de crescimento. O estudo traça o caminho para diversificar a base produtiva, fortalecer setores consolidados e estimular atividades em expansão.

A indústria é protagonista nessa trajetória. No estado do Rio de Janeiro, a indústria geral emprega 745,4 mil trabalhadores, o equivalente a 6,3% dos empregos industriais formais do país. Embora responda por 17% dos empregos formais estaduais, sua participação na massa salarial chega a 25,3%, o que evidencia a relevância de atividades intensivas em capital, tecnologia e qualificação. O estado também apresenta o maior percentual nacional de empregados da indústria com ensino superior, alcançando 14,3% em 2023. Ao ativar suas potencialidades, o Rio de Janeiro pode elevar sua participação no PIB industrial brasileiro, atualmente de 17%, para 23%. Esse ganho de participação representa um acréscimo potencial ao PIB estadual estimado em R\$ 210 bilhões e a geração de 676 mil empregos.

O estudo distribui as oportunidades do estado em nove fronteiras de desenvolvimento, estruturadas a partir de três blocos. O primeiro é fortalecer ativos e setores estratégicos já consolidados, com foco em Transição Energética, Baixo Carbono e Economia Circular, Complexo Portuário-Logístico e Corredores Produtivos, e Turismo, Cultura e Economia Criativa. O segundo é inovar e garantir competitividade de arranjos produtivos relevantes para o estado, incluindo Economia do Mar, Indústria

Naval e Bioeconomia Marinha, Complexo da Saúde e Farmoquímica, e Complexo Aeroespacial e Metalmeccânico MRO (Manutenção, reparo e operação). O terceiro é fomentar novas frentes conectadas às demandas futuras, com destaque para Indústria Química e Petroquímica Avançada, Agroindústria e Bioeconomia Territorial, e Hub de Inovação, Tecnologia, Inteligência Artificial e Data Centers.

Esses ativos formam um terreno fértil para a rearticulação da indústria fluminense, e o Estudo de Vocações e Potencialidades funciona como um mapa de oportunidades. Ele indica onde o Rio de Janeiro pode avançar em relação aos demais estados, quais atividades devem receber prioridade e quais recomendações podem contribuir para uma trajetória de desenvolvimento industrial sustentável, competitiva e diversificada. Ao conectar vocações econômicas, ativos territoriais e frentes produtivas de futuro, o estudo oferece uma direção estratégica para transformar potencial em crescimento, ampliar a participação da indústria na economia e consolidar uma nova etapa de desenvolvimento para o estado.

O estudo Custo Rio, por sua vez, oferece um ranking de competitividade estadual, apontando as fortalezas e fraquezas do Rio de Janeiro quando comparado às demais unidades da federação. Dessa forma, o Custo Rio dimensiona o peso econômico dos gargalos fluminenses e indica em quais temas o estado apresenta desempenho mais crítico e onde há maior espaço para avanço competitivo.

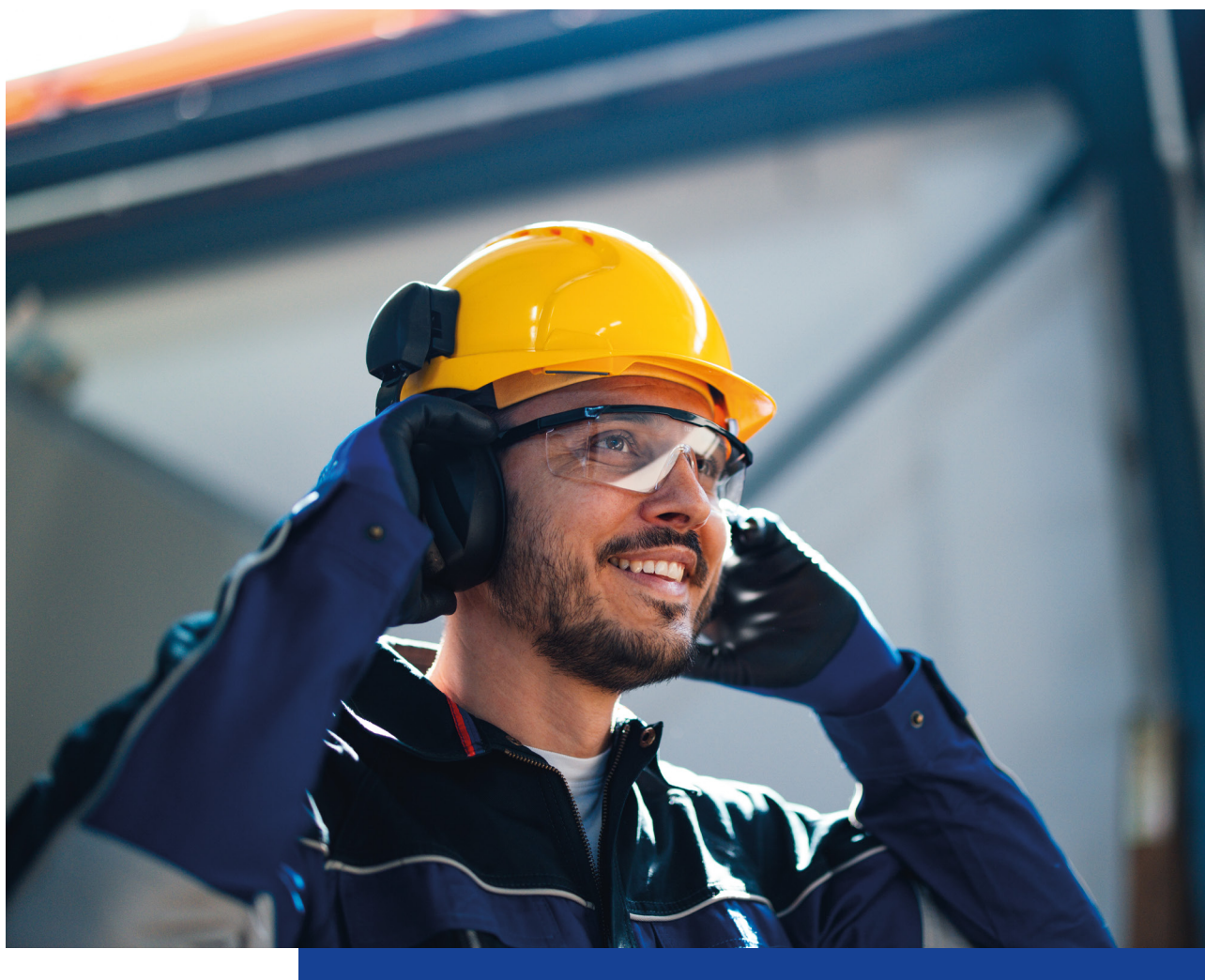
O comparativo organiza os principais gargalos da competitividade fluminense em seis grandes eixos temáticos: financiamento, capital humano, infraestrutura, ambiente jurídico-regulatório, tributação e segurança pública. Esses eixos são desdobrados em 18 indicadores capazes de capturar diferentes dimensões do ambiente de negócios, contemplando toda a lógica da atividade produtiva. Os indicadores abordam desde os custos associados à entrada e à instalação de um negócio, como burocracia, insegurança jurídica e regulação, até os desafios enfrentados na operação cotidiana das empresas, como logística, tributação, informalidade e segurança pública. O estudo

também incorpora fatores que impactam diretamente a capacidade de expansão das empresas, especialmente o custo do crédito, as condições de financiamento e o ambiente para investimentos. O Rio de Janeiro concentra infraestrutura logística, capacidade energética, capital humano qualificado, mercado consumidor sofisticado e uma base produtiva diversificada, além de vantagens competitivas em setores estratégicos como petróleo e gás, indústria naval, química, economia criativa, turismo e serviços avançados. Ainda assim, produzir, investir e expandir negócios no estado continua mais caro, mais complexo e mais arriscado do que poderia ser.

O Custo Rio alcança aproximadamente R\$ 275 bilhões por ano a mais comparado ao padrão médio observado

nos países da OCDE. Esse valor equivale a cerca de 20% do PIB fluminense. Na prática, esse custo funciona como um "sócio oculto" da economia do Rio de Janeiro, que captura recursos, reduz margens, compromete decisões de investimento e limita a geração de renda.

Mais do que mensurar perdas, o Custo Rio converte gargalos em oportunidades. O custo elevado não é inevitável. Ele reflete desafios institucionais, regulatórios e estruturais que podem ser enfrentados por meio de uma agenda coordenada de competitividade. Reduzir o Custo Rio significa ampliar a capacidade do estado de investir, produzir, inovar e crescer de forma sustentável. Menos custo. Mais Rio.



Propostas

Segurança pública

A segurança pública é o principal entrave do estado do Rio de Janeiro. É o pressuposto mais essencial para o desenvolvimento econômico, a atração de investimentos e a circulação de mercadorias e trabalhadores. Nesse sentido, a escuta empresarial realizada pela Firjan mostrou que o combate ao crime organizado e aos mercados ilegais é o tema de maior prioridade do setor produtivo. Dois em cada três empresários afirmam que as decisões de investimentos no Rio de Janeiro são afetadas pelas condições de segurança no estado¹. Além disso, os custos com o roubo de carga no Rio de Janeiro vão além da perda direta, contemplando ainda custos indiretos, como a contratação de segurança privada e seguros, que su-

peram a perda direta e somam 84% do custo total. O incremento dos custos de prevenção afeta toda a sociedade fluminense, e não apenas as vítimas diretas do crime. O estudo Custo Rio estima um custo adicional de R\$ 31,1 bilhões ligados à insegurança e à ilegalidade no Rio de Janeiro. As propostas deste eixo buscam enfrentar a cadeia econômica do crime, ampliar a integração entre órgãos federais, estaduais e municipais, fortalecer o controle territorial e de divisas e modernizar a capacidade investigativa e tecnológica das forças de segurança, para criar condições mais seguras à sociedade e ao crescimento da economia fluminense.

1. **Fortalecer o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) como instrumento de coordenação federativa**, priorizando o compartilhamento de inteligência entre forças federais e estaduais, a integração de bases de dados criminais e o apoio técnico e financeiro a estados, com ênfase no enfrentamento ao mercado ilegal e ao domínio territorial por grupos armados.
2. **Fortalecer o combate aos mercados ilegais e à cadeia econômica do crime, incluindo receptação, comércio de produtos falsificados e de origem ilícita e roubo de cargas**. São fundamentais: o aparelhamento e da integração dos órgãos federais de fiscalização, com ênfase na Receita Federal, na Polícia Federal e na Polícia Rodoviária Federal; o aprimoramento da inteligência financeira aplicada ao rastreamento de fluxos ilícitos; a cooperação com estados para fiscalização de atividades irregulares; e a aprovação de projetos legislativos que reduzam a impunidade nesses crimes.
3. **Intensificar o controle de fronteiras e divisas estaduais** por meio do aumento do efetivo e do aparelhamento da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal, da implantação de postos integrados de fiscalização e da cooperação com órgãos estaduais de segurança, com foco na redução do fluxo de armas, munições e drogas que alimentam o crime organizado.
4. **Ampliar os investimentos federais em tecnologia, aparelhamento e inteligência aplicados à segurança pública**, com foco na Polícia Federal e na Polícia Rodoviária Federal, contemplando soluções de monitoramento, comando e controle, inteligência artificial e proteção de infraestruturas críticas, e criando mecanismos de subvenção e encomenda tecnológica que estimulem o desenvolvimento de soluções por empresas nacionais.

¹ Panorama do roubo de carga no estado do Rio de Janeiro – 2026, p. 1.

Disponível em: [Panorama do roubo de carga no estado do Rio de Janeiro – 2026 | Observatório Firjan](#).

Energia

O Rio de Janeiro é energia. Estamos entre os maiores produtores de petróleo do mundo, responsável por 88% da produção brasileira em 2025, de acordo com o Anuário do Petróleo no Rio 2026 da Firjan. Somos exportadores de energia e de insumos industriais estratégicos com grande diversidade de aplicações. Essa é a nossa grande potência, mas também somos protagonistas na diversificação de fontes – da solar a nuclear, da hidroeletricidade ao carvão e com projetos em frentes como hidrogênio e eólica offshore.

A contribuição do Rio para o país é tanto pela exportação de óleo cru, primeiro item da balança comercial, quanto pelo abastecimento de combustíveis derivados do petróleo e na geração de energia, onde contribuímos com perto de 1/3 da matriz. Dados do Anuário do Petróleo apontam para uma geração de recursos de royalties e participações especiais com origem na produção de O&G do estado do Rio de Janeiro e seus municípios da ordem de R\$ 517 bilhões nos últimos 10 anos, período entre 2016 e 2025. Desse montante, R\$ 217 bilhões foram destinados para a União, outros estados e demais municípios do Brasil. Em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I), são mais de R\$ 20 bilhões em obrigações de investimentos gerados no mesmo período.

O estado é responsável também pela liderança do mercado de gás natural, com grandes campos produtores, maior destino da produção nacional offshore a partir de duas linhas de escoamento instaladas e mais dois projetos futuros – projeto Raia e o Rota Sul –, maiores unidades de processamento de gás natural e com potencial de expansão do consumo a partir de empreendimentos como petroquímica, térmicas e indústrias de fertilizantes nitrogenados.

Nos mercados de petróleo, gás e energias, destacam-se propostas para aumentar a competitividade do gás na-

tural e concretizar novos projetos de energia e a partir de maior agregação de valor. São oportunidades que irão transformar a economia do estado do Rio de Janeiro, com destaque para o empreendimento do Complexo de Energias Boaventura, que pode fixar o gás no estado pela construção de demanda aqui, e os investimentos em projetos de revitalização da produção de campos maduros, atividade de descomissionamento, fazendas eólicas offshore, hidrogênio e fertilizantes.

Um desafio preponderante do Rio de Janeiro enquanto hub energético é a qualidade no fornecimento de energia elétrica. A baixa qualidade do serviço é grande fonte de insatisfação na indústria e no encadeamento produtivo fluminenses. A escuta empresarial apontou a necessidade de ampliar e modernizar a infraestrutura elétrica, reduzir perdas e, principalmente, melhorar a qualidade do serviço.

Os indicadores oficiais apontam média de 3,74 interrupções e 7,24 horas de tempo médio por interrupção². Além de serem superiores à maioria dos estados do Sudeste, não refletem a realidade por considerarem apenas eventos superiores a três minutos. Para a indústria, contudo, interrupções ou oscilações de energia de curta duração já são suficientes para afetar o processo produtivo, sendo comum a interrupção do funcionamento de máquinas e equipamentos e necessário acionar geradores, encarecendo sobremaneira os custos de produção. Levantamento conduzido pelo cluster automotivo fluminense, localizado no Sul do estado do Rio de Janeiro, aponta 68 interrupções no fornecimento de energia em 2025, com duração entre 11 e 45 horas. Trata-se de patamares significativamente superiores aos observados nos indicadores oficiais. As propostas deste eixo buscam fortalecer o setor energético e reduzir os prejuízos causados pelo fornecimento de energia elétrica.

² Aneel – Indicadores de continuidade DEC e FEC. Disponível em:

[ANEEL | Portal Reports Abertos](#).

Energia elétrica

1. **Rever parâmetros dos indicadores DEC e FEC para que sua mensuração considere quaisquer oscilações e interrupções no fornecimento de energia** independentemente do tempo de duração, considerando a importância desses indicadores na definição dos investimentos para melhoria da qualidade no fornecimento de energia elétrica.
2. **Promover a modernização do setor elétrico com foco na transição energética**, assegurando a otimização do sistema elétrico, de forma competitiva, confiável e sustentável, incluindo o apoio à geração nuclear como fonte estratégica para garantir segurança energética, descarbonização e estabilidade do sistema elétrico nacional.
3. **Aprimorar os mecanismos de modicidade tarifária** por meio da racionalização dos subsídios setoriais e da revisão de encargos que impactam a conta de energia, assegurando maior transparência, eficiência econômica e redução dos custos para os consumidores.



Petróleo e gás

1. **Garantir isonomia de condições de participação da indústria nacional nas oportunidades de contratação** do mercado de petróleo e gás a partir de maior clareza nas especificações das licitações.
2. **Garantir as condições para viabilizar a atividade de descomissionamento/desmantelamento** no Brasil, em especial com aproveitamento de oportunidades no estado do Rio de Janeiro.
3. **Ampliar medidas para o desenvolvimento de campos maduros e áreas com acumulações marginais**, incluindo regulamentação do tie-back e redução dos royalties para as acumulações marginais.
4. **Ampliar as condições de acesso ao REPETRO** para as empresas do encadeamento produtivo de petróleo e gás.
5. **Aumentar a disponibilidade de gás natural no estado do Rio de Janeiro** através do desenho de modelo de contratação da rota de escoamento de gás com traçado para o sul do estado e possibilidade de operação por agente independente.
6. **Reduzir os preços do gás natural aos consumidores finais**, com maior multiplicidade de agentes ofertantes da molécula e maior competitividade das tarifas nos diferentes elos da cadeia.
7. **Viabilizar a expansão da produção de fertilizantes no Brasil a partir do gás natural como insumo.**
8. **Adotar medidas de estímulo ao mercado de gás natural**, ancorando demanda para o maior aproveitamento da produção nacional.
9. **Avançar na regulamentação dos mercados de hidrogênio, eólica offshore e captura de carbono no Brasil.**



Infraestrutura

A infraestrutura é vetor decisivo para a integração territorial e a atração de novos investimentos. O Rio de Janeiro é um estado de logística e com localização estratégica, sendo o epicentro de um raio de 500 km que concentra 52% do PIB brasileiro. A escuta empresarial realizada pela Firjan, contudo, evidenciou grandes gargalos logísticos que limitam o pleno aproveitamento das vocações produtivas e potenciais econômicos do Rio de Janeiro, especialmente na adequação e melhoria das conexões entre rodovias, ferrovias, portos e aeroportos. O setor produtivo apontou também preocupações relativas à mobilidade urbana, visando à redução do tempo de deslocamento casa-trabalho, e ao saneamento, no cumprimento de metas de universalização de fornecimento de água e tratamento de esgoto.

Esse desafio ocorre em um cenário nacional de baixo investimento: nos últimos 15 anos, o Brasil investiu em média apenas 2,31% do PIB em infraestrutura, chegando a 2,22% em 2024, abaixo da própria taxa de depreciação dos ativos, estimada em 2,27%. Para superar o déficit acumulado, o país precisaria elevar esse esforço para

4,19% do PIB ao ano nas próximas duas décadas. A consequência direta desse atraso aparece no custo logístico, que alcança cerca de 15,5% do PIB brasileiro, patamar muito superior ao de economias desenvolvidas e que reduz a competitividade da produção nacional.

No Rio de Janeiro, os entraves estruturais retiram R\$ 274,8 bilhões por ano da economia estadual, o equivalente a 20,2% do PIB fluminense³. Desse total, R\$ 40,6 bilhões estão associados à infraestrutura, sendo R\$ 30,7 bilhões apenas em custo logístico. Embora o estado disponha de ativos estratégicos, como portos, aeroportos, rodovias e ferrovias, essa base ainda não se converte plenamente em vantagem competitiva por conta de gargalos operacionais, regulatórios, de segurança e de governança. Diante de cerca de R\$ 41 bilhões em investimentos previstos para 2026-2028⁴, as propostas deste eixo buscam destravar projetos, aprimorar concessões e parcerias, reduzir custos logísticos e assegurar que a infraestrutura sustente o fortalecimento da indústria, a geração de empregos e um novo ciclo de desenvolvimento para o Rio de Janeiro e para o Brasil.



³ Custo Rio – O Desafio da Competitividade Fluminense, p. 24. Disponível em: [Custo Rio – O Desafio da Competitividade Fluminense | Observatório Firjan](#).

⁴ Panorama dos Investimentos no Estado do Rio de Janeiro 2026-2028, p. 2. Disponível em: [Panorama dos Investimentos no Estado do Rio de Janeiro 2026-2028 | Observatório Firjan](#).

Rodovias, ferrovias, portos e aeroportos

1. **Aprovar e implementar a atualização do marco regulatório federal de concessões e parcerias público-privadas**, modernizando a legislação vigente para ampliar a segurança jurídica e destravar investimentos em infraestrutura.
2. **Realizar o leilão da EF-118 dentro do cronograma estabelecido pelo Ministério dos Transportes**, priorizando a construção do trecho de ligação com o Porto do Açu e prevendo, no próprio contrato de concessão, gatilhos objetivos para a construção do trecho final até Queimados.
 - a) Assegurar que o edital estabeleça a integração ferroviária ao Porto do Açu como obrigação prioritária da fase inicial de 246 km, impedindo que o corredor se torne um eixo de passagem sem conexão efetiva com o principal porto privado do estado — potencial de impacto estimado em R\$ 2,5 bilhões no PIB regional e 68 mil empregos;
 - b) Incluir no contrato de concessão gatilhos objetivos e verificáveis — vinculados a volume de carga, prazo ou demanda — que obriguem a execução do trecho final até Queimados dentro do horizonte contratual, assegurando que a ferrovia cumpra seu papel estruturante para toda a cadeia logística fluminense;
 - c) Estabelecer cláusulas de acesso aberto que permitam uso da ferrovia por múltiplos operadores e setores industriais, com cronograma verificável de execução das obras e mecanismos de penalidade por descumprimento.
3. **Estabelecer política de destinação dos trechos ferroviários devolvidos pela FCA no Rio de Janeiro**, garantindo preservação da infraestrutura e chamamentos públicos com cronograma definido:
 - a) Garantir a inclusão de cláusula de manutenção mínima dos trechos fluminenses — ramal Itaboraí-Vitória (565 km) e trecho Barão de Angra-Cataguases (182 km) — no contrato renovado da FCA, evitando que a ausência de operador resulte em deterioração irreversível da infraestrutura;
 - b) Incluir os trechos fluminenses no mapeamento BID/ANTT de classificação por perfil logístico, com participação das regiões atravessadas na definição das vocações, e estabelecer cronograma de chamamentos públicos com prazo definido;
 - c) Utilizar o Corredor Minas-Rio como referência metodológica para os demais trechos devolvidos, replicando o modelo de chamamento público com outorga simbólica e prazo longo para atrair operadores especializados.
4. **Conduzir o chamamento público do Corredor Ferroviário Minas-Rio**, assegurando que o Lote 2 (Barra Mansa-Angra dos Reis) estabeleça obrigações de investimento compatíveis com as necessidades industriais do Médio Paraíba e integração operacional com a MRS:
 - a) Garantir que o edital do Lote 2 — inteiramente fluminense, com 107 km conectando o polo siderúrgico ao complexo portuário e naval de Angra dos Reis — estabeleça obrigações mínimas de investimento em via permanente compatíveis com o tráfego de cargas pesadas do polo metal-mecânico e siderúrgico;
 - b) Assegurar a integração operacional com a MRS, que já atende o polo de Volta Redonda, evitando rupturas no fluxo de cargas entre os dois sistemas e maximizando a eficiência logística do corredor;
 - c) Garantir que o chamamento público resulte em efetiva reativação do corredor com prazo e condições de implantação definidos e verificáveis no contrato, e não apenas em sua autorização formal.

5. **Revisar o projeto da Nova Subida da Serra de Petrópolis (BR-040) para execução em duas etapas independentes**, eliminando o risco de nova paralisação por impasse de licenciamento ambiental:
 - a) Estruturar a Etapa 1 com entrega de duas faixas por sentido, desvinculada do licenciamento em Área de Preservação Permanente, garantindo ganho imediato de capacidade e segurança sem exposição ao risco que paralisou a obra anterior entre 2016 e 2025;
 - b) Conduzir a Etapa 2 — com a terceira faixa em APP — com processo de licenciamento ambiental próprio e autônomo, sem condicionar a entrega da obra principal ao seu resultado;
 - c) Monitorar o cronograma contratual atual e o andamento do processo de licenciamento como indicadores de risco de nova interrupção.
6. **Fiscalizar a execução do contrato otimizado da BR-101 Norte**, assegurando o cumprimento do cronograma nas três frentes prioritárias para a indústria fluminense: as obras do Contorno de Manilha e do trecho Niterói-Itaboraí, em coordenação com a BR-493; a duplicação no entorno de Macaé e Rio das Ostras; e as intervenções no entorno de Campos dos Goytacazes, com integração ao corredor logístico do Porto do Açu.
7. **Incluir a BR-356 no programa federal de concessões inteligentes**, com edital que estabeleça como obrigação prioritária a duplicação do trecho Campos dos Goytacazes-São João da Barra — essencial para o pleno aproveitamento logístico do Porto do Açu — e a recuperação do pavimento no trecho interior (Campos-Itaperuna), reforçando a conectividade do Noroeste Fluminense com Minas Gerais.
8. **Conceder a rodovia BR-393**, com inclusão de novos trechos e foco na conclusão de obras dos contratos anteriores.
9. **Manter e aprofundar a política de coordenação estratégica entre o Aeroporto Santos Dumont e o Galeão**, reforçando o crescimento do Galeão como hub logístico, internacional e de conexões, e preservando a vocação do Santos Dumont como aeroporto doméstico central de conveniência.



Sistema tributário

A competitividade tributária é fator-chave para o sucesso dos negócios e de políticas de atração de investimentos. A escuta empresarial conduzida pela Firjan mostrou que a complexidade das regras fiscais, a instabilidade na concessão de incentivos e a baixa liquidez de créditos tributários são gargalos preponderantes para o setor produtivo fluminense.

No Rio de Janeiro, esse cenário é protagonizado por uma das maiores cargas de ICMS do país, com alíquota ge-

ral média de 22%. Não por acaso, o eixo tributário tem maior peso econômico no estudo Custo Rio: o custo associado a honrar tributos, em comparação aos padrões observados nos países da OCDE, é de R\$ 93 bilhões por ano, equivalente a 6,8% do PIB fluminense. No contexto da Reforma Tributária os desafios são mais sensíveis, sendo necessário preservar investimentos já realizados, assegurar compensações efetivas, evitar aumento de carga sem avaliação prévia de impacto.

1. **Instituir a obrigatoriedade de realização de estudo de impacto econômico previamente a medidas para aumento da carga tributária**, acompanhado de plano de compensação ao setor produtivo afetado.
2. **Permitir que os créditos oriundos da compensação de benefícios fiscais do ICMS a ser promovida no âmbito da Reforma Tributária sejam utilizados na compensação de quaisquer tributos federais**, com reconhecimento automático em até 60 dias e efetiva compensação em até 30 dias após a autorização, de modo a conferir liquidez imediata no uso do crédito.
3. **Reverter a redução linear de 10% nos incentivos fiscais federais prevista na Reforma Tributária**, uma vez que a medida compromete a segurança jurídica essencial à atração de investimentos.
4. **Elevar o limite de receita bruta anual para enquadramento no Simples Nacional**, cuja defasagem provoca o desenquadramento compulsório de micro e pequenas empresas que não crescem em termos reais, impondo-lhes subitamente carga tributária maior e complexidade administrativa desproporcional ao seu porte.
5. **Aumentar teto de receita bruta anual para opção pelo Lucro Presumido**, cuja defasagem obriga empresas de médio porte a migrar para o Lucro Real — regime de maior complexidade e custo de conformidade — sem que tenham experimentado crescimento real equivalente.

Reformas estruturantes

Um Estado eficiente, com capacidade de fomentar investimentos e promover a segurança jurídica, é condição necessária para o desenvolvimento econômico. A escuta empresarial conduzida pela Firjan mostrou que a rigidez das despesas obrigatórias, a baixa produtividade da administração pública, a complexidade regulatória e a fragilidade das regras fiscais reduzem a confiança no ambiente de negócios, encarecem o crédito e limitam a atuação do poder público como indutor do crescimento. No Rio de Janeiro, esse desafio é especialmente relevante: o estado possui uma das situações fiscais mais delicadas

do país, com elevado endividamento e baixa classificação de crédito, o que se traduz em maior sensibilidade a choques financeiros e em condições mais adversas para investir, expandir operações e captar recursos. O estudo Custo Rio estima que o impacto econômico adicional associado ao risco fiscal e financeiro fluminense seja de aproximadamente R\$ 19,2 bilhões por ano, equivalente a 1,4% do PIB estadual, o maior custo relativo entre as unidades da federação. As propostas deste eixo buscam fortalecer a sustentabilidade fiscal, modernizar a gestão pública e reduzir despesas obrigatórias.

Sustentabilidade fiscal

1. **Fortalecer as regras fiscais para assegurar trajetória sustentável da dívida pública** visando:
 - a) Revisar regras de crescimento da despesa pública;
 - b) Ampliar a transparência e previsibilidade fiscal;
 - c) Garantir mecanismos de responsabilização e penalidades para descumprimento das regras fiscais.

Reforma do gasto público

1. **Promover reforma das despesas obrigatórias para ampliar a capacidade de investimento e melhorar a qualidade do gasto público** através de:
 - a) Aprovação da reforma previdenciária com adesão de todos os entes e poderes;
 - b) Fim do reajuste automático do salário mínimo;
 - c) Redução de indexações automáticas de salários e benefícios;
 - d) Revisão das regras de fundos constitucionais, vinculações orçamentárias e emendas parlamentares.

Modernização do Estado

1. **Modernizar a gestão pública para elevar produtividade e eficiência** através de:
 - a) Implementação da reforma administrativa orientada à eficiência e gestão por resultados em todos os níveis de governo e poderes;
 - b) Conclusão da digitalização plena no setor público;
 - c) Simplificação do ambiente regulatório, ampliando a eficiência da administração pública e a competitividade da economia.

ESG

A agenda ESG se consolidou como pilar estratégico para empresas e investidores, orientando a gestão de riscos socioambientais. A Pesquisa Firjan ESG⁵ mostra que 85,2% das empresas do estado já incorporam ações ambientais, sociais e de governança nos seus processos e ao contratar fornecedores. No entanto, a escuta empresarial mostrou que a incorporação desses princípios ainda enfrenta gargalos, que vão da complexidade do licenciamento ambiental e da sobreposição de competências regulatórias à necessidade de políticas mais claras para economia circular, adaptação climática e fortalecimento de

cadeias produtivas verdes. Isso gera não apenas a perda de oportunidades para as empresas como para o próprio estado: a falta de incentivos à indústria da reciclagem, por exemplo, faz com que o Rio de Janeiro perca por ano R\$ 2,6 bilhões de reais em recursos.

As propostas desse eixo buscam elevar o ESG a uma agenda prática de desenvolvimento, reduzir inseguranças regulatórias, modernizar e agilizar instrumentos públicos, induzir investimentos e comportar o crescimento da indústria fluminense.

Ambiental

1. **Alavancar as ações de economia circular por meio da publicação de uma Política Nacional de Economia Circular**, especialmente nos eixos regulatório e de incentivo às empresas, da republicação da Lei de Incentivo à Reciclagem sem prazo de expiração, da regulamentação de incentivos fiscais e tributários para as atividades de reciclagem e a regulamentação da atividade de reuso da água.
2. **Implementar o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Carbono**, contemplando a definição de permissões de emissões e sistema de transação de créditos.
3. **Regulamentar novo marco legal de licenciamento ambiental** contemplando os setores de exploração offshore, mineração e saneamento.



⁵ Disponível em: <https://observatorio.firjan.com.br/inteligencia-competitiva/pesquisa-firjan-esg-2025>.

Fomento ao negócio

O fomento ao negócio é um importante princípio norteador de políticas públicas. Os governos devem se colocar como indutores do aumento da competitividade empresarial e da ampliação do acesso mercado. A escuta empresarial conduzida pela Firjan mostrou desafios na inserção internacional das empresas e na capacidade de inovar, acessar crédito e aproveitar o potencial das vocações naturais do Rio de Janeiro.

No comércio exterior, a ampliação de acordos comerciais, o avanço de acordos de reconhecimento mútuo e a retomada da transparência de dados detalhados de exportação e importação são imprescindíveis para previsibilidade e internacionalização da indústria local.

No campo da inovação, destacam-se a necessidade de fortalecer a infraestrutura de dados e inteligência artificial. O eixo também reconhece a indústria criativa como motor de desenvolvimento econômico: no Brasil, a par-

ticipação do PIB Criativo no PIB total passou de 2,09% em 2004 para 3,59% em 2023⁶, evidenciando a crescente relevância nacional de segmentos como audiovisual, games, moda, grandes eventos e economia da cultura.

No estímulo ao investimento através do acesso ao crédito, o desafio é especialmente crítico: segundo o estudo do Custo Rio, diante da média dos países da OCDE, o custo do financiamento no estado gera perda econômica estimada em R\$ 31,9 bilhões por ano, equivalente a 2,3% do PIB estadual, colocando o Rio de Janeiro na 2ª posição nacional nesse sentido, sua pior colocação relativa entre os temas analisados pelo estudo.

As propostas deste eixo buscam ampliar instrumentos de financiamento, fortalecer fundos garantidores de crédito e criar condições para que empresas de diferentes portes e setores possam investir, inovar, exportar e crescer no Rio de Janeiro.



⁶ Mapeamento da Indústria Criativa no município do Rio de Janeiro, p. 16.

Disponível em: [Mapeamento da Indústria Criativa no município do Rio de Janeiro | Observatório Firjan](#).

Comércio exterior

1. **Ampliar e acelerar a agenda de acordos comerciais estratégicos, com participação ativa do setor industrial nas negociações** visando a facilitação do ambiente de comércio, ampliação da rede de parceiros preferenciais e a maximização do aproveitamento de acordos para indústria local em um contexto de instabilidades geopolíticas.
2. **Ampliar Acordos de Reconhecimento Mútuos (ARM) do Programa Operados Econômico Autorizado (OEA), principalmente, com países do continente europeu,** com objetivo de ampliar a rede de reconhecimento da certificação, facilitação do tratamento burocrático de cargas e maior competitividade logística para as empresas.
3. **Retomar a divulgação de lista de empresas habilitadas para exportar e importar por faixa de valor e a divulgação de estatísticas detalhadas de comércio exterior como ferramenta de apoio em processos de defesa comercial e visando a promoção da justa concorrência.** As informações devem ser disponibilizadas por operação e detalhadas por: NCM (Nomenclatura Comum do Mercosul), descrição da mercadoria, origem, quantidade e valor, a exemplo do que era disponibilizado no programa SISCORI.

Inovação

1. **Fortalecer políticas e instrumentos voltados ao desenvolvimento da infraestrutura de dados, data centers e tecnologias digitais estratégicas,** com foco na aprovação de:
 - a) marco regulatório da inteligência artificial mediante amplo debate sobre os impactos visando construir uma legislação capaz de acompanhar as rápidas mudanças de mercado;
 - b) regime diferenciado de tributação para data centers.

Estímulo ao investimento

1. **Instituir política industrial para o setor de mineração considerando o impacto sobre a cadeia da construção (civil e pesada) e o potencial associado a terras raras.** A política deve contemplar:
 - a) Revisão do código de mineração visando modernizar normas antigas e elevar segurança jurídica;
 - b) Consolidação da ANM como órgão regulador forte;
 - c) Clareza nas competências entre ANM e demais órgãos reguladores envolvidos para demarcação de atribuições e eliminação de sobreposições.
2. **Criar linhas de crédito específicas para micro e pequenas empresas** e ampliar o alcance de linhas já existentes garantindo:
 - a) Utilização dos fundos garantidores para acesso às linhas;
 - b) Desburocratização na concessão de crédito, com simplificação de processos e flexibilização de exigências.
3. **Ampliar o aporte de recursos nos Fundos Garantidores de Risco de Crédito** como forma de ampliar o acesso das empresas as linhas de financiamento.

Capital humano

O capital humano é o coração da operação da indústria. A escuta empresarial conduzida pela Firjan mostrou desafios na formação de mão de obra qualificada, atratividade do emprego formal e previsibilidade nas relações de trabalho. O Rio de Janeiro reúne uma das forças de trabalho mais qualificadas do país, condição que favorece atividades intensivas em conhecimento, inovação e serviços especializados e representa uma importante vantagem competitiva em relação a outras unidades da federação. Ainda assim, desafios relacionados à segurança jurídica, aos custos da contratação formal, à judicialização trabalhista, à qualificação profissional, à inclusão produtiva e à eficiência das políticas públicas de trabalho e Previdência continuam impondo obstáculos ao ambiente de negócios.

Ao mesmo tempo, o mercado de trabalho passa por transformações estruturais impulsionadas pela digitalização da economia, pela incorporação de novas tecno-

logias, pelas mudanças demográficas e pela crescente demanda por competências técnicas e comportamentais. Nesse contexto, torna-se essencial promover uma agenda de modernização das relações de trabalho que fortaleça a segurança jurídica, aumente a produtividade, amplie a qualificação e a inclusão da força de trabalho, aperfeiçoe a governança das políticas públicas e prepare empresas e trabalhadores para os desafios do futuro do trabalho.

O Custo Rio estima os custos adicionais associados ao capital humano no estado, em R\$ 35,3 bilhões por ano comparado à média dos países da OCDE, valor equivalente a 2,6% do PIB estadual. As propostas deste eixo buscam reduzir barreiras à contratação formal, preservar a liberdade de organização da jornada e apoiar as micro, pequenas e médias empresas no cumprimento de obrigações regulatórias ligadas às relações de trabalho.



Relações trabalhistas

1. **Prever análise de impacto regulatório nas propostas de mudança de escala e de redução da jornada de trabalho** e manutenção da liberdade de organização de jornada, contemplando transição gradual e mecanismos compensatórios para empresas de micro, pequeno e médio portes.
2. **Prever análise de impacto regulatório nas mudanças das Normas Regulamentadoras**, incorporando avaliação dos efeitos econômicos, operacionais e concorrenciais sobre os setores produtivos.
3. **Garantir a manutenção do regime de escala de trabalho vigente para o embarque offshore** em atenção às atividades estabelecidas de operação e aos impactos no encadeamento produtivo.
4. **Revisar legislações de benefícios sociais** de forma que incentivem o trabalho formal e aumente a empregabilidade.
5. **Criar metodologia nacional unificada de avaliação da funcionalidade da pessoa com deficiência** para fins de cumprimento da Lei de Cotas.
6. **Harmonizar as normas infralegais relacionadas à inclusão de pessoas com deficiência** com as disposições do Estatuto da Pessoa com Deficiência.
7. **Adequar as regras de cumprimento da cota de pessoas com deficiência às especificidades de atividades com restrições técnicas ou requisitos de segurança operacional.**

